

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.538.700 - SP (2019/0201466-5)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
AGRAVANTE : JONATAS REIS MENGHINI SANCHES
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RAFAEL BRESCIANI MARRACINI - DEFENSOR PÚBLICO -
SP300693
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por JONATAS REIS MENGHINI SANCHES, em adversidade à decisão que inadmitiu recurso especial manejado com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, cuja ementa é a seguinte, na parte que interessa (e-STJ fl. 361):

Furto - Conjunto probatório desfavorável ao réu lastrado em declarações coerentes e harmônicas da vítima e dos policiais - Validade

Nos crimes de furto a palavra dos ofendidos e das testemunhas é crucial à elucidação dos fatos, sendo válida também para a caracterização de eventuais qualificadoras. No que concerne ao valor dos depoimentos prestados pelos policiais, os tribunais tem ainda deixado assente serem inadmissíveis quaisquer análises preconceituosas. A simples condição de policial não torna a testemunha impedida ou suspeita. As declarações prestadas pelos agentes que efetuaram a prisão do acusado são válidas e têm o mesmo valor relativo que qualquer outra prova que se produza nos autos; por gozarem de fé pública, suas versões devem ser reputadas fidedignas, até que se prove o contrário.

Furto qualificado Subtração mediante rompimento do sistema de fechamento do próprio veículo - Qualificadora caracterizada

O fato de os automóveis em geral disporem de um sistema próprio de fechamento demonstra que se visa a proteger não apenas a propriedade de seus acessórios e todos objetos que estejam em seu interior, como também do próprio veículo automotor.

A circunstância de o autor do furto romper aludido sistema de fechamento denota certamente maior ousadia de sua parte e

Superior Tribunal de Justiça

grande reprovabilidade da conduta, razão pela qual deve incidir da qualificadora do rompimento de obstáculo, prevista no art. 155, § 4º, I, do CP, pouco importando que seu intuito fosse subtrair objetos que estavam em seu interior, ou apoderar-se do próprio veículo.

Não há, com efeito, necessidade de que o obstáculo seja externo à própria coisa a ser subtraída para que a qualificadora possa ser reconhecida.

[...].

Nas razões do recurso especial (e-STJ fls. 401/414), alega a parte recorrente violação do art. 155, § 4º, inciso I, do Código Penal.

Sustenta, em síntese, o afastamento da qualificadora relativa ao rompimento de obstáculo nas hipóteses em que o agente atua contra o veículo, rompendo a porta deste, para a subtração de bens localizados no seu interior.

Aduz que, [...] *se a subtração do próprio veículo seria apenas de forma mais branda, pouco razoável pretender a incidência da qualificadora também em face de bens que se encontravam no interior do automóvel e não o próprio bem de maior valor* (e-STJ fl. 408).

Pugna, ao final, pelo provimento do recurso para desclassificar o delito de furto para a modalidade simples.

Apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 432/436), o recurso foi inadmitido pelo Tribunal de origem (e-STJ fls. 439/441), dando ensejo à interposição do agravo ora apreciado.

O Ministério Público Federal, instado a se manifestar nesta instância, opinou pelo não provimento do recurso, em parecer assim ementado (e-STJ fl. 468):

ARESP. CRIMINAL. FURTO QUALIFICADO. OBJETO LOCALIZADO NO INTERIOR DE VEÍCULO. ROMPIMENTO DE OBSTÁCULO. INCIDÊNCIA DA QUALIFICADORA. MATÉRIA JÁ SEDIMENTADA PELA 3ª SEÇÃO DO STJ. ORIENTAÇÃO DO TRIBUNAL SE FIRMOU NO MESMO SENTIDO DA DECISÃO RECORRIDA. SÚMULA 83/STJ.

Superior Tribunal de Justiça

- *Em 22-5-2013, a 3ª Seção do STJ, no julgamento do EREsp nº 1.079.847/SP, Rel. Min. Jorge Mussi, reconheceu restar configurada a qualificadora do rompimento de obstáculo quando o agente, visando subtrair aparelho sonoro localizado no interior do veículo, quebra do vidro da janela do automóvel para atingir seu intento.*
- *Parecer pelo desprovemento do agravo em recurso especial.*

É o relatório. **Decido.**

Preenchidos os requisitos formais e impugnado o fundamento da decisão agravada, conheço do agravo.

Passo, então, à análise do recurso especial.

No que concerne à incidência da qualificadora atinente ao rompimento de obstáculo, a Corte *a quo* assim se manifestou, no julgamento do apelo defensivo, para manter a condenação do recorrente como incurso nas penas do delito tipificado no art. 155, § 4º, inciso I, c/c o art. 14, inciso II, ambos do CP (e-STJ fl. 364/368):

O recurso não merece prosperar.

A condenação do acusado pelo crime de furto qualificado tentado foi bem decretada e veio embasada em suficiente acervo probatório.

A materialidade delitiva restou, com efeito, perfeitamente demonstrada pelos autos de fls. 14/15, pelos laudos periciais comprovando a qualificadora de fls. 150/151 e de degravação das imagens do circuito de segurança de fls. 241/246.

A prova oral (mídia digital em apartado) colhida na instrução criminal mostrou-se, outrossim, apta não apenas para demonstrar a dinâmica dos fatos, como o dolo do agente e sua vinculação à autoria delitiva.

Ouvido perante a autoridade policial (fls. 09), o então indiciado admitiu amplamente os fatos que lhe foram atribuídos. Em interrogatório judicial (mídia digital em apartado e fls. 198 da r. sentença), realizado posteriormente sob o crivo do contraditório, o ora apelante acabou por retratar-se:

Em juízo, alterou parcialmente sua versão. Disse que saiu da

Superior Tribunal de Justiça

casa da sua genitora. no bairro Boa Esperança, para levar uma escova na casa da irmã e, no trajeto, acabou consumindo bebidas alcoólicas e um "baseado", que o deixaram com a "mente virada" Afirmou que ficou tão alterado em razão da mistura de drogas que, ao passar pelo estacionamento, entortou a porta do veículo, mas nem sabia o que pretendia furtar, se o próprio carro ou os objetos que estavam dentro dele. Narrou que, quando o alarme disparou, saiu correndo, mas foi detido logo em seguida. Disse que entortou a porta, mas não chegou a colocar o braço dentro do carro.

Ao ser ouvida sob o crivo do contraditório, a vítima descreveu, com efeito, a dinâmica dos fatos de forma coesa, aduzindo que (mídia digital em apartado e fls. 299 da r. sentença)

[...] parou seu veículo e entrou num restaurante para almoçar. Alguns minutos depois, ouviram o alarme do carro e seu namorado saiu para ver o que estava acontecendo. Disse que ele constatou que a porta do carro estava entortada e um funcionário do estacionamento falou que o rapaz que tinha saído correndo tinha mexido no carro. Declarou que seu namorado correu atrás dele e o segurou. Afirmou que chamaram a polícia e o sujeito foi preso. Informou que ele não chegou a subtrair nenhum objeto do carro.

A testemunha Natanael Prisco – namorado da vítima – esclareceu que (mídia digital em apartado e fls. 299 da r. sentença)

[...] parou com sua namorada para almoçar e escutaram o barulho do alarme do carro. Declarou que saiu do restaurante para ver o que estava acontecendo, momento em que um indivíduo passou por ele, correndo. Disse que um garçom lhe falou que aquele indivíduo tinha mexido num veículo Gol, que era de sua namorada. Então, correu atrás dele e o segurou. Após, chegaram os policiais e detiveram o réu. Aduziu que nada foi subtraído, mas o sujeito chegou a abrir a porta do carro, entornando-a.

As declarações do Policial Militar Aroldo Raimundo, dando conta das circunstâncias que cercaram a prisão (mídia digital em apartado e fls. 299 da r. sentença), compõem, ainda, o quadro harmônico que corrobora a versão descrita pelo Ministério Público na exordial acusatória.

Esclareceu que foram acionados via COPOM para atender uma ocorrência de tentativa de furto; chegando ao local,

Superior Tribunal de Justiça

constatarem que a porta do automóvel estava arrombada e que o autor dos fatos tinha sido detido pela ofendida e por uma testemunha. Informou ainda que

checaram as imagens das câmeras de monitoramento do estabelecimento comercial e confirmaram que o rapaz detido era o mesmo que estava forçando a porta do veículo. Afirmou que, na ocasião, o réu alegou que pretendia furtar objetos do interior do carro para trocar por drogas e bebidas.

Diversamente do quanto aduzido pelo combativo Defensor Público, restou perfeitamente caracterizada, ainda, consoante a farta prova oral produzida ao longo da instrução criminal, que a subtração da res furtiva teria se dado mediante "destruição ou rompimento de obstáculo" (art. 155, § 4º, I, do CP), consistente em ter o agente entortado a porta do automóvel.

Nesse sentido, bem observou o i. Promotor de Justiça oficiante, a fls. 334,

[...], a qualificadora concernente ao rompimento de obstáculo restou plenamente configurada, de modo que não há que se falar em desclassificação para o crime de furto simples, previsto no artigo 155, caput, do Código Penal. Com efeito, o laudo pericial de fls. 150/151 constatou que o veículo apresentava-se com vestígios de arrombamento na porta do motorista, entortando a parte de cima da parte para exibir vão suficiente para a passagem da mão para acessar a trava interna. Além disso, a vítima foi categórica ao afirmar que seu namorado, Natanael, foi informado pelo garçom do restaurante que o apelante estava mexendo no veículo.

Declarou, ainda, que, posteriormente, verificaram o sistema de vigilância do local, confirmando que o apelante realmente havia forçado a porta do automotor.

Pontue-se que o fato de os automóveis em geral disporem de um sistema próprio de fechamento demonstra que se visa a proteger não apenas a propriedade de seus acessórios e todos objetos que estejam em seu interior, como também do próprio veículo automotor.

A circunstância de o autor do furto romper aludido sistema de fechamento denota certamente maior ousadia de sua parte e grande reprovabilidade da conduta, razão pela qual deve incidir da qualificadora do rompimento de obstáculo, prevista no art. 155, § 4º, I, do CP, pouco importando que seu intuito

Superior Tribunal de Justiça

fosse subtrair objetos que estavam em seu interior, ou apoderar-se do próprio veículo.

Não há, com efeito, necessidade de que o obstáculo seja externo à própria coisa a ser subtraída para que a qualificadora possa ser reconhecida, como inclusive já decidiu o Colendo Superior Tribunal de Justiça:

Penal e processo penal - Recurso Especial - 1. Violação ao art. 155, § 4º, I, do CP - Não ocorrência - Rompimento de obstáculo para subtração do próprio veículo - Configuração da qualificadora 2. Necessidade de ultrapassar barreira indispensável à subtração da coisa - Irrelevância do objeto efetivamente furtado - 3. Recurso Especial a que se nega provimento

1. Não é possível deixar de reconhecer a prática de furto qualificado apenas e simplesmente por se ter avariado o próprio bem subtraído, pois referida circunstância não tem o condão de desconfigurar o efetivo rompimento de obstáculo. Não há dúvidas de que as portas, os vidros e o alarme do carro visam exatamente impedir ou pelo menos dificultar sua subtração e dos bens que estão no seu interior, sendo ainda inquestionável a necessidade de transposição desta barreira para que se furte tanto o carro quanto os objetos do seu interior.

2. A conduta em ambos os casos é a mesma, consiste em romper obstáculo como meio necessário para subtrair coisa alheia móvel, o que denota sua maior reprovabilidade, ante a utilização de meios excepcionais para superar os obstáculos defensivos da propriedade.

Dessa forma, é indiferente para configurar referida qualificadora analisar qual o bem subtraído.

3. Recurso especial a que se nega provimento.

Não se cogita, portanto, de desclassificação do crime de furto qualificado tentado para a sua modalidade simples.

Com efeito, observo que o acórdão recorrido se encontra em consonância com a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, firmada no sentido de que caracteriza a qualificadora do rompimento de obstáculo a danificação de veículo automotor a fim de se operar o furto de bens ou objetos em seu interior, conforme assentado pela Terceira Seção desta Corte, no julgamento

Superior Tribunal de Justiça

dos Embargos de Divergência n. 1.079.847/SP:

CRIMINAL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. FURTO. DESTRUIÇÃO OU ROMPIMENTO DE OBSTÁCULO. VIDRO DE VEÍCULO AUTOMOTOR. SUBTRAÇÃO DE APARELHO SONORO. CONFIGURAÇÃO DA QUALIFICADORA DO INCISO I DO § 4º DO ART. 155 DO CP. EMBARGOS ACOLHIDOS.

1. A subtração de objetos localizados no interior de veículo automotor, mediante o rompimento ou destruição do vidro do automóvel, qualifica o furto. Precedentes do Supremo Tribunal Federal.

2. De rigor a incidência da qualificadora do inciso I do § 4º do art. 155 do CP quando o agente, visando subtrair aparelho sonoro localizado no interior do veículo, quebra o vidro da janela do automóvel para atingir o seu intento, primeiro porque este obstáculo dificultava a ação do autor, segundo porque o vidro não é parte integrante da res furtiva visada, no caso, o som automotivo.

3. Comprovada por perícia a destruição do obstáculo, não há como afastar a qualificadora prevista no art. 155, § 4º, I, do Código Penal.

4. Embargos de divergência acolhidos para dar provimento ao recurso especial do Ministério Público para restabelecer a sentença que reconheceu a qualificadora tipificada no art. 155, § 4º, I, do Código Penal. (EREsp 1079847/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Terceira Seção, julgado em 22/5/2013, DJe 5/9/2013) (grifei).

Nessa mesma linha, os seguintes julgados desta Corte Superior:

PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTO DE RECURSO PRÓPRIO. FURTO QUALIFICADO TENTADO. PRETENSÃO DESCLASSIFICATÓRIA PARA FIGURA TÍPICA BÁSICA. IMPOSSIBILIDADE. COMPATIBILIDADE DO DELITO QUALIFICADO COM A CAUSA DE AUMENTO DE PENA REFERENTE AO REPOUSO NOTURNO. REGIME INICIAL FECHADO. ELEMENTOS CONCRETOS A JUSTIFICAR A MEDIDA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

II - Pretensão desclassificatória da conduta qualificada para o tipo básico. Cumpre esclarecer que jurisprudência do Tribunal

Superior Tribunal de Justiça

da Cidadania é no sentido de que é "de rigor a incidência da qualificadora do inciso I do § 4º do art. 155 do CP quando o agente, visando subtrair aparelho sonoro localizado no interior do veículo, quebra o vidro da janela do automóvel para atingir o seu intento, primeiro porque este obstáculo dificultava a ação do autor, segundo porque o vidro não é parte integrante da res furtiva visada, no caso, o som automotivo" (REsp n. 1.079.847/SP, Terceira Seção, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe de 05/09/2013). Precedentes.

[...]

Habeas corpus não conhecido. (HC 509.594/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 6/6/2019, DJe 11/6/2019). - grifei

RECURSO ESPECIAL. FURTO. OBJETOS NO INTERIOR DO VEÍCULO. QUALIFICADORA. ROMPIMENTO DE OBSTÁCULO. CARACTERIZAÇÃO. REPOUSO NOTURNO. INCIDÊNCIA. VEÍCULO ESTACIONADO. IRRELEVÂNCIA. MENOR VISIBILIDADE.

1. Hipótese de furto durante o repouso noturno e mediante rompimento de obstáculo, de objetos que estavam no interior de um automóvel estacionado em via pública.

2. A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp n. 1.079.847/SP (desta Relatoria, julgado em 22/05/2013, DJe 05/09/2013), reconheceu restar configurada a qualificadora do rompimento de obstáculo "quando o agente, visando subtrair aparelho sonoro localizado no interior do veículo, quebra o vidro da janela do automóvel para atingir seu intento".

[...]

5. Incidência da qualificadora de rompimento de obstáculo e da causa de aumento de pena do repouso noturno, que são compatíveis, nos termos da jurisprudência desta Corte.

6. Recurso provido. (REsp 1738084/RS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 2/8/2018, DJe 10/8/2018). - grifei

PENAL. TENTATIVA DE FURTO QUALIFICADO. ROMPIMENTO DE OBSTÁCULO PARA SUBTRAÇÃO DE SOM AUTOMOTIVO. LAUDO PERICIAL. RECONHECIMENTO DA QUALIFICADORA. PRECEDENTE

Superior Tribunal de Justiça

DA TERCEIRA SEÇÃO. MAUS ANTECEDENTES. QUANTUM DIFERENCIADO DE AUMENTO DA PENA-BASE PARA O CRIME DE TENTATIVA DE FURTO QUALIFICADO E O DELITO DE RECEPÇÃO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO. SÚMULA 284/STF. FRAÇÃO DA TENTATIVA. AVALIAÇÃO DO ITER CRIMINIS. ALTERAÇÃO VEDADA PELA SÚMULA 7/STJ.

1. Segundo a jurisprudência desta Corte, incide a qualificadora do rompimento de obstáculo "quando o agente, visando subtrair aparelho sonoro localizado no interior do veículo, quebra o vidro da janela do automóvel para atingir seu intento, primeiro porque este obstáculo dificultava a ação do autor, segundo porque o vidro não é parte integrante da res furtiva visada, no caso, o som automotivo" (REsp n. 1.079.847/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 22/5/2013, DJe 5/9/2013).

[...]

4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 731.468/DF, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 9/3/2017, DJe 21/3/2017).

CONSTITUCIONAL E PENAL. HABEAS CORPUS. TENTATIVA DE FURTO QUALIFICADO. ROMPIMENTO DE OBSTÁCULO. QUEBRA DO VIDRO DO VEÍCULO PARA A SUBTRAÇÃO DE SOM AUTOMOTIVO. WRIT NÃO CONHECIDO.

[...]

2. A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp n. 1.079.847/SP, reconheceu restar configurada a qualificadora do rompimento de obstáculo "quando o agente, visando subtrair aparelho sonoro localizado no interior do veículo, quebra o vidro da janela do automóvel para atingir seu intento, primeiro porque este obstáculo dificultava a ação do autor, segundo porque o vidro não é parte integrante da res furtiva visada, no caso, o som automotivo". Precedentes.

3. Writ não conhecido. (HC 328.896/DF, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 5/4/2016, DJe 15/4/2016).

Superior Tribunal de Justiça

Desse modo, não merece prosperar a pretensão defensiva.

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, inciso VIII, do CPC, c/c o art. 253, parágrafo único, inciso II, alínea "b", parte final, do RISTJ, **conheço** do agravo para **negar provimento** ao recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

